

Política

Eleição Presidencial

**ROSÂNGELA
BITTAR**



Aliança ruindo, apressa-se o Plano B

Desde ontem, os dois principais parceiros da aliança que ganhou a Presidência da República em 1994 e a reeleição em 1998, PSDB e PFL, passaram a considerar mais próxima a hipótese de enfrentar, cada um com seu candidato, a eleição de 2002. A retórica da aliança não foi abandonada, mas os movimentos desmentem os propósitos declarados.

Solução inadmissível até há bem pouco tempo, o Plano B da sucessão (o A, evidentemente, é a união) era mencionado por um ou outro tucano, e mais por eles do que pelos pefelistas, apenas como argumentação prospectiva. O deputado Aécio Neves (PSDB-MG), presidente da Câmara, foi dos primeiros a admitir, claramente, que se fosse ficando difícil, não veria problemas em buscar a aliança apenas no segundo turno.

À época, achavam que, concorrendo divididos, entregariam a eleição para Luiz Inácio Lula da Silva.

A disputa interna violenta no PSDB, com tendência a que prevaleça o candidato rejeitado pelo PFL, José Serra, e o surgimento de uma candidata viável no PFL — Roseana Sarney, com 17% em pesquisa nacional e em alguns Estados empatando com Lula, informam os analistas do partido — tornaram o desenlace menos remoto.

O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a admitir algumas vezes que o candidato da aliança não seria obrigatoriamente do PSDB, mas o fez sempre sem muita convicção. Há dois dias que o presidente do seu partido, deputado José Aníbal, reafirma com ênfase que o PSDB não pode e não vai abrir mão da cabeça de chapa.

O PFL está vendo incoerência nas declarações e aproveitou o momento para decidir jogar mais luzes sobre Roseana, além de trabalhar mais intensamente o conteúdo de sua candidatura. Avaliações feitas ontem no partido concluem, ao contrário das análises de meses atrás, que mesmo sem aliança um candidato da situação, se mantido o apoio que Roseana vem conseguindo atualmente, pode chegar, sim, ao segundo turno.

Outra conclusão das ponderações pefelistas: é preciso ter um plano de campanha com conteúdo forte porque a candidatura, sem o respaldo da aliança, exigirá um esforço de comunicação competente. A lógica da eleição, com uma candidatura única dos partidos da base, segundo este raciocínio, tenderia a ter como centro o governo FHC. Já com candidaturas múltiplas, o tema não seria retrospectivo, e o governo FHC sairia do centro. Nos estudos do PFL isto se define como uma campanha mais voltada mais para o futuro do que para o passado.

PFL jogará mais luzes sobre sua candidata

Aquífero Guarani

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, sob a coordenação executiva da Organização dos Estados Americanos (OEA), elaboram um Plano Diretor para o Aquífero Guarani, a maior reserva de águas subterrâneas do mundo. O Global Environmental Facility (GEF), fundo mundial para o Meio Ambiente, aprovou recentemente um pedido de doação feito pelos quatro países, no valor de US\$ 14 milhões, a serem repassados nos próximos dias ao projeto por intermédio do Banco Mundial. É dinheiro a fundo perdido, a ser gerido pela OEA e pelos órgãos de governo de cada país.

O Aquífero Guarani tem 1,2 milhão de quilômetros quadrados de área, 71% dela no Brasil. É a maior acumulação de águas subterrâneas do mundo, são 45 mil quilômetros cúbicos, que dariam para alimentar todo o Brasil durante dois mil anos, segundo os técnicos. Ele passa pelo sul de Minas Gerais, Mato Grosso, parte do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e por Uruguai, Argentina e Paraguai.

O secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raymundo José Santos Garrido, executor brasileiro do projeto, explica que a exploração desta riqueza, hoje, é indisciplinada exatamente porque não existem regras, mas a partir do trabalho em andamento, com recursos do GEF, tudo vai mudar.

O representante da OEA em Brasília, Nelson da Franca Ribeiro dos Anjos, informa que os quatro países pediram ao GEF esta doação, com três objetivos, inicialmente. Obter maior conhecimento sobre as reservas, os limites e a quantidade de água explorável do Aquífero; estabelecer normas para evitar a superexploração. E levar o Aquífero ao conhecimento público, para que todos possam protegê-lo, principalmente tendo em vista as necessidades das futuras gerações. Os envolvidos no projeto sabem que percentual muito alto de brasileiros jamais ouviu falar do Aquífero Guarani.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília.

Escreve às quartas-feiras

E-mail rosangela.bittar@valor.com.br